

Políticas de educação, internacionalização e formação de professores

Irene Jeanete Lemos Gilberto

Neste número da Revista Eletrônica **Pesquiseduca**, do Programa de Educação da Universidade Católica de Santos, estão publicados os artigos de pesquisadores brasileiros e internacionais que abordam questões voltadas aos impactos das políticas científicas no setor educacional, à produção científica na construção do diálogo rumo à internacionalização, ao direito à educação e a garantia constitucional por meio da judicialização, além da formação inicial e as dificuldades enfrentadas pelos professores no início da docência, a educação integral, a educação infantil durante a pandemia. São artigos que refletem o complexo cenário educacional que vivemos no Brasil e fora dele, no qual estão postos, aos professores e às instituições, os desafios para promoção de uma formação que se pautar pela reflexão crítica e pelo desenvolvimento do protagonismo de seus atores.

Abre este número o artigo **Acción de estado y gestión del cambio en las Políticas de Ciencia y Educación en México**, do Professor Doutor **José Antonio Ramírez Díaz**, docente e pesquisador da Universidad de Guadalajara (México), que traz uma contribuição teórica para o campo das políticas educacionais a partir dos resultados da pesquisa que investigou a gestão das políticas de educação e ciência no México, especificamente o Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT). Em suas análises, o pesquisador discute as transformações que estão ocorrendo no cenário educacional do país e que implicam a necessidade de se repensar a relação entre a sociedade e o Estado. O pesquisador destaca a relevância das questões abordadas e considera que, no contexto histórico atual mexicano, o desenho adotado pelo governo para o sistema científico corrobora para intensificar as incertezas entre os pesquisadores, criando um cenário preocupante em relação ao futuro da ciência no México.

Na sequência, a professora pesquisadora Dra. **Helena Maria dos Santos Felício**, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), apresenta no seu artigo **Formação de professores em Brasil e Portugal: revisão de literatura na perspectiva do diálogo luso-brasileiro** um trabalho sobre as produções científicas

luso-brasileiras voltadas à formação de professores e publicadas no período de 2010 e 2019. Partindo de estudos de Nóvoa (2012) que defendem a colaboração efetiva e cooperação intensa entre universidades brasileiras e portuguesas como forma de ruptura em relação à internacionalização com predomínio da língua inglesa, a autora apresenta resultados da pesquisa que tomou como objeto de investigação as produções acadêmicas das duas bases de dados, do Brasil e de Portugal, destacando quatro eixos temáticos encontrados no conjunto dos trabalhos estudados: formação inicial; formação continuada; história; política educacional. Após o estudo detalhado de cada um desses eixos temáticos, conclui que, embora exista uma crescente interlocução acadêmica entre pesquisadores dos dois países lusófonos, representada, principalmente, pela mobilidade de pesquisadores brasileiros em Portugal e pesquisadores portugueses no Brasil, o volume de produção científica não reflete a perspectiva dialógica e colaborativa necessária à construção da internacionalização acadêmica entre os dois países.

Com objetivo de discutir a atuação do Poder Judiciário na judicialização da política no âmbito da educação, os pesquisadores **Angela Carolina Soncin** e **Daniel Augusto Viana**, da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), em co-autoria com **Sebastião Sérgio Silveira**, Professor Doutor do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo - FDRP-USP contribuem, no artigo intitulado **A garantia constitucional à Educação por meio da judicialização** com um estudo sobre as posições doutrinárias e consequências geradas pela judicialização e atividade proativa do Judiciário. Consideram no texto que, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não expresse diretamente o Poder Judiciário, é perceptível a tendência judicializante na sociedade. Assim, tomando como pressuposto o papel ativo do Poder Judiciário e as questões morais que muitas vezes envolvem essas ações, os autores apontam a necessidade de melhoria nas atividades dos Poderes para que se efetive o direito à educação, conforme garantido pela Constituição. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, analisam registros doutrinários e artigos científicos, concluindo que, no caso da educação, a judicialização ou a atividade proativa do Poder Judiciário não são atitudes capazes de concretizar todos os direitos garantidos aos cidadãos.

Educação integral e tempo integral: a constituição de uma subjetividade preventiva, artigo das professoras doutoras, pesquisadoras da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), **Rochele da Silva Santaiana** e **Veronice Camargo da Silva**, discute a educação integral na perspectiva foucaultiana de governabilidade. Com base na análise de dados recolhidos de gestores que atuam em escolas municipais situadas em dois municípios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, as autoras apresentam suas reflexões sobre os discursos dos sujeitos a respeito da Educação Integral e do Programa Mais Educação/Novo Mais Educação, mostrando a existência de uma representação potencial nas falas dos professores em relação aos referidos projetos. Concluem, afirmando que a Educação

Integral contemporânea se sustenta pela jornada ampliada na escola, como espaço de constituição de uma subjetividade preventiva.

O Projeto de Extensão Comunitária na formação inicial de professores em Pedagogia, de autoria dos pesquisadores **José Márcio Silva Barbosa**, professor doutor, pesquisador da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), **Denise Aparecida dos Santos Pontelo** e **Geovana Ferreira dos Santos**, pesquisadores do curso de Pedagogia do Centro Universitário Una de Sete Lagoas - Minas Gerais, discute a formação inicial de estudantes do Curso de Pedagogia na experiência com as atividades do projeto institucional de Extensão Comunitária. Considerando que a curricularização da extensão pode ser um fator relevante na formação de graduandos, os autores analisam os dados da pesquisa realizada com estudantes do Curso de Pedagogia, apontando a potencialização das novas práticas pedagógicas nos processos formativos dos futuros professores da educação básica. Na concepção dos autores, o Projeto de Extensão Comunitária configura-se como relevante no currículo do Curso de Pedagogia, especialmente pelo fato de favorecer estreita relação com o conhecimento teórico e a prática em ambientes diversificados de atuação e formação.

Educar em tempos de pandemia é o tema do artigo **Limites e Possibilidades da Aprendizagem de Crianças na Pandemia**, da professora e pesquisadora Dra. **Maria Judith Sucupira da Costa Lins**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste artigo, a pesquisadora nos leva a refletir sobre a aprendizagem distanciada das crianças durante o período da pandemia do Covid-19 e os desafios que os professores e as famílias estão enfrentando em relação à educação infantil. Com base em fundamentos de MacIntyre, a autora discorre sobre a escolarização distanciada e a complexidade inerente a essa nova realidade escolar na qual a criança perdeu o vínculo com a escola. Na perspectiva da autora, faz-se relevante a presença dos familiares no acompanhamento das atividades crianças no formato remoto, considerando que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas famílias, fica evidenciado que as crianças são capazes de encarar a nova escola virtual. Conclui o artigo, afirmando que, embora até o momento não existam dados que confirmem os limites e as possibilidades da aprendizagem de crianças diante de telas, faz-se premente a remodelação didática, em vista de uma realidade pós-pandemia.

Flórence Rosana Faganello Gemente e **Ana Paula Salles da Silva**, docentes e pesquisadoras da Universidade Federal de Goiás, em co-autoria com **Sara Quenzer Matthiesen**, docente e pesquisadora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências de Rio Claro, apresentam no artigo **Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: desafios e possibilidades para a inserção na Educação Física escolar** suas reflexões sobre a formação de professores de Educação Física para a inserção das tecnologias digitais nas práticas

pedagógicas. Considerando, inicialmente que, além de não ser significativo o número de produções voltadas a essa temática, os autores sinalizam a necessidade de conhecimento, por parte dos professores, dos estudos produzidos sobre a temática, de modo a inserir, de forma crítica, criativa e ética, as tecnologias digitais nas aulas de Educação Física. Ao problematizar os principais desafios e possibilidades que as tecnologias digitais oferecem aos professores, os autores defendem que Educação Física escolar não pode ficar alheia às transformações da cultura corporal e aos avanços tecnológicos predominantes na sociedade, dada a importância das tecnologias na ressignificação das práticas pedagógicas dos professores.

A fase de entrada na carreira docente nas percepções de professores de Educação Física iniciantes na Educação Básica: que momento é este?, artigo do Dr. **Hugo Norberto Krug**, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em co-autoria com os professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (Mestrado) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), **Marília de Rosso Krug** e **Rodrigo de Rosso Krug**, traz um estudo sobre o início da docência de professores de Educação Física que atuam em escolas de uma rede de ensino pública de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Usando como metodologia a análise de palavras caracterizadoras extraídas dos depoimentos dos sujeitos sobre a fase de entrada na carreira docente, os autores trazem reflexões sobre os resultados da investigação que teve, como objetivo, conhecer a percepção dos sujeitos a respeito do ‘momento’ específico vivenciado no processo de desenvolvimento docente. Em suas considerações mostram que, das quatorze palavras caracterizadoras identificadas nos relatos analisados, houve prevalência de termos com conotações negativas, concluindo que esse resultado possivelmente esteja relacionado ao estágio de sobrevivência dos sujeitos no período de entrada na carreira docente. Ressaltam, no entanto, que os resultados da pesquisa devem ser vistos como uma possibilidade de ocorrência, em vista de se tratar de uma investigação realizada em contexto e espaço específicos sobre percepções de professores de Educação Física que atuam na Educação Básica a respeito do início da docência.

Euzeni Pedroso Grimm, pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins e **Lina Maria Gonçalves**, docente e pesquisadora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no artigo **Tempo integral e educação integral: desafios na aproximação entre paradigma teórico e a prática pedagógica**, analisam os principais avanços e desafios presentes na política de educação nas escolas de tempo integral na rede pública municipal de ensino no município de Palmas – TO, com vistas a contribuir para uma reflexão sobre o desenvolvimento da educação integral para formação cidadã dos estudantes. Com esse objetivo, as autoras trazem uma discussão sobre a política pública de educação em tempo integral no referido município, tomando por base dados da pesquisa realizada

com docentes e profissionais. A partir do pressuposto de que a política pública de escolas de tempo integral pressupõe uma escola democrática e cidadã, as autoras desvelam o cenário da realidade educacional nas escolas pesquisadas e os desencontros existentes entre as propostas educacionais e o fazer pedagógico. Dentre os resultados apontados na investigação, destacam as fragilidades da formação ofertada nessas escolas, onde prevalece entre os profissionais a falta de clareza sobre o conceito de escola de tempo integral e educação integral. Pontuam, no artigo, as inadequações recorrentes nos relatos dos sujeitos pesquisados quanto à infraestrutura, jornada de trabalho e formação contínua dos profissionais, além da inadequação do currículo que, na maior parte das vezes, não integra as atividades desenvolvidas pelos estudantes no turno e contraturno escolares. As autoras destacam, também, a prevalência de característica assistencial das escolas nas falas dos sujeitos, dados que corroboram para a falta de clareza sobre a finalidade da educação integral. Concluem sua análise, destacando a necessária construção de um currículo adequado às especificidades do tempo escolar integral e, principalmente, a integração entre profissionais das diferentes áreas que atuam na formação desses estudantes.

Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais: dialogando sobre práticas educativas, artigo de **Yamilia de Paula Siqueira** e **Ione Aparecida Duarte Santos Dias**, pesquisadoras no Programa de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, em co-autoria com **Cleyde Rodrigues Amorim**, docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, trata da formação de professores da Educação Básica voltada às relações étnico-raciais com vistas a potencializar o diálogo entre universidade e escola básica sobre o racismo presente na sociedade brasileira e as possibilidades de ações antirracistas. Com base na premissa de que é notória a carência de formação sobre o racismo, as autoras discorrem sobre o projeto Formação em Educação para as Relações Étnico-Raciais, desenvolvido no Mestrado Profissional da Universidade Federal do Espírito Santo que foi a base da proposta. No artigo, trazem reflexões sobre as possibilidades e os desafios enfrentados pelos professores em relação à diversidade étnica e concluem sobre as possibilidades dessa formação para o fortalecimento da luta contra o racismo e, também, para continuidade do processo formativo dos professores.

Relações entre estilos parentais e juízo moral de adolescentes, artigo dos professores doutores **Aline Kadooka**, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, **Rita Melissa Lepre**, da Universidade Estadual Paulista, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências - Campus Bauru e **Vítor de Moraes Alves Evangelista**, do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências - Campus Bauru apresenta reflexões sobre a pesquisa realizada com jovens matriculados em um Programa Social do município de Assis-SP. O

objetivo dos autores é trazer reflexões sobre as relações entre o juízo moral de adolescentes com base em dados obtidos junto aos sujeitos, jovens frequentadores da instituição socioeducativa pesquisada. Consideram, com base em fundamentos teóricos, que as práticas educativas parentais adotadas pelos pais contribuem para socializar, controlar ou desenvolver valores e atitudes nas crianças. Os autores afirmam que nas falas dos jovens, sujeitos da pesquisa, é perceptível a ausência paterna na educação das crianças, o que, para os autores, corrobora para a criação de um ambiente desfavorável ao desenvolvimento moral dos jovens, intensificando a visão individualista. Consideram, assim, que embora a pesquisa tenha trazido questões pertinentes à psicologia e aos estudos relacionados à moralidade humana, faz-se necessária a realização de novas investigações para o aprofundamento da temática em pauta.

O artigo **Escola Sem Partido (ESP): indicativos de representações sociais de professores**, da Dra. **Laeda Bezerra Machado**, docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e **Mayara Correa da Silva Mendes**, Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, apresenta os resultados da pesquisa realizada com professores do Ensino Médio sobre o movimento “Escola Sem Partido” (ESP), tomando como fundamento a Teoria das Representações Sociais. Entre as conclusões apresentadas, as autoras revelam não ter identificado consenso nas respostas dos professores sobre o movimento da Escola Sem Partido, acrescido de desconhecimento, por alguns professores participantes da pesquisa, sobre as ações do referido movimento. Em suas considerações, sinalizam a importância de um trabalho mais incisivo, sobretudo, por parte dos sindicatos para divulgações sobre o movimento da Escola Sem Partido e as implicações dessa proposta para a educação pública.

Joelma de Souza Nogueira Dalarmi, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação do *Campus* do Pantanal (CPAN), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP) e **Márcia Regina do Nascimento Sambugari**, Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora do Programa de Pós-graduação em Educação do Câmpus do Pantanal (CPAN), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, MS, no artigo **Percursos de vida e de formação de professores de Educação Física e as influências na constituição da docência**, abordam a identidade profissional dos professores a partir das condições de existência vivenciadas na trajetória familiar, de escolarização e de formação dos sujeitos. Para tal, fundamentam-se em conceitos de Bourdieu, para a análise dos resultados da pesquisa centrada na constituição da docência de professores de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de suas trajetórias de vida e formação. Em suas conclusões, as autoras consideram, a partir das falas dos

professores, que no percurso de escolarização estão presentes não apenas as práticas culturais e esportivas da infância, mas também a figura do professor, cuja representatividade contribuiu para a constituição da identidade da docência do sujeito.

O ensino comercial e agrícola no Brasil a partir da vinda da família real portuguesa, artigo dos pesquisadores **Eduardo Cristiano Hass da Silva**, Doutor em Educação e pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, **Milene Moraes de Figueiredo**, doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS e **Bárbara Virgínia Groff da Silva**, Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul apresentam, com base em estudos históricos, suas análises sobre o surgimento do ensino comercial e agrícola com a vinda, ao Brasil, da Família Real Portuguesa e sua Corte. No debate sobre a questão, pontuam aspectos referentes à falta de regulamentação dos cursos e às intervenções de famílias brasileiras no sentido da criação de cursos superiores de Agronomia com o mesmo status do curso de Direito. Em suas considerações observam o tratamento diferenciado que os dois tipos de formação receberam durante o período imperial, com a prevalência do ensino comercial sobre o ensino agrícola. Demonstram no texto que, com a promulgação do código comercial, ocorreu a ampliação do mercado de trabalho na área, o que favoreceu o ensino comercial. O mesmo, no entanto, não ocorreu com o ensino agrícola que não teve regulamentação específica, além de seus conhecimentos técnicos não serem considerados necessários para o trabalho exercido na época. Em suas considerações, os autores mostram que a conjuntura histórica da época não favoreceu a consolidação do ensino agrícola, que se caracterizou por iniciativas autônomas até a na primeira década do século XX, quando foi regulamentado.

Algumas reflexões de infância no e do campo, artigo dos pesquisadores **Geralda Maria de Bem**, Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e **Cícero Nilton Moreira da Silva**, Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2013) e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (Campus de Pau dos Ferros-RN), toma como premissa que a Educação do Campo deve ser compreendida na dimensão cultural e sociocultural dos sujeitos que habitam nesse espaço. No breve histórico sobre a educação rural, os autores destacam que, com o surgimento dos movimentos por uma educação básica do campo, instituiu-se uma nova concepção de educação, voltada para as especificidades dos sujeitos que nele vivem. Assim, evidenciam, em suas análises, a interação da criança com o ambiente natural, a aprendizagem crianças nos espaços rurais e a construção da identidade a partir de experiências e vivências das crianças no universo familiar, destacando que a infância do campo reveste-se de múltiplas dimensões, em vista de que vivem no campo num ambiente caracterizado por uma intensa dinâmica socioambiental, de classe, econômica, política e cultural, onde os sujeitos constroem sua sociabilidade e suas identidades.

Patrícia da Piedade Bernardo, pesquisadora no Centro Universitário UNA, MG, no artigo intitulado **A matemática no Ensino Médio: o conhecimento construído na escola e as avaliações externas como indicador de proficiência**, defende a necessidade de se repensar as lacunas existentes entre a produção do conhecimento e a construção do saber matemático, considerando-se as dificuldades encontradas pelos docentes e discentes no processo ensino-aprendizagem em Matemática para estudantes do Ensino Médio na rede pública. Assim, traz reflexões sobre as práticas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem de Matemática na perspectiva da educação com características de inovação social. Discute, com base na pesquisa bibliográfica, questões centradas na construção do conhecimento matemático, o papel do professor como mediador, relacionando-as à avaliação externa como indicador de proficiência em Matemática. Em suas conclusões, traz indicações de mudança nas práticas pedagógicas, com aulas mais dinâmicas e interativas, voltadas ao contexto social no qual o aluno está inserido. Na perspectiva da autora, relacionar o conteúdo ensinado à vivência do estudante e buscar recursos que possam melhorar a proficiência dos discentes no conhecimento matemático, poderá ser um fator que minimize as dificuldades em aprender e ensinar Matemática, disciplina complexa e temida pelos estudantes do Ensino Médio.

O artigo **Laboratório de aprendizagem colaborativa: análise da implementação de uma experiência no Ensino Médio**, de autoria das professoras pesquisadoras **Heloísa Fonseca Pinto** e **Dra. Matilde Meire Miranda Cadete**, do Programa de Pós-Graduação Profissional, *stricto sensu*, em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário (UNA-Belo Horizonte), apresenta reflexões sobre a pesquisa realizada com professores do Ensino Médio e que investigou os resultados da aprendizagem dos estudantes a partir das atividades desenvolvidas com a criação de um laboratório de aprendizagem colaborativa em uma escola privadas de Educação Básica de Belo Horizonte. Entre os resultados da pesquisa, as autoras indicam como aspectos positivos, melhor aproveitamento dos conhecimentos adquiridos nas atividades, além do sentimento de pertença suscitado entre os estudantes que participaram dessas atividades. Consideram, assim, que a experiência deu destaque ao desenvolvimento da autogestão da aprendizagem, considerando o interesse despertado pelo laboratório de aprendizagem colaborativa nos estudantes não apenas quanto aos conteúdos, mas principalmente pelas atitudes de colaboração e de interação entre os grupos. Em que pesem aspectos mais frágeis sobre a proposta apontados pelas autoras, entre os quais a necessidade de maior divulgação sobre o Laboratório para participação de toda a comunidade escolar, concluem que o desenvolvimento das relações interpessoais foi um dos fatores que contribuiu para o processo de aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio. Nesse aspecto, defendem que a criação do laboratório configurou-se como uma proposta de intervenção socialmente inovadora e comprometida com o desenvolvimento local

e uma estratégia que pode se estender para a sala de aula com vistas à otimização da aprendizagem.

Atividades diversificadas em um curso de extensão para professores em educação inclusiva, artigo das pesquisadoras **Mariza Sodré**, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), **Georgianna Silva do Santos**, Doutora em Ciências e professora no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS) e **Maria de Fátima Alves-Oliveira**, Doutora em Ensino de Biociências e Saúde e docente permanente no Programa em Ensino em Biociências e Saúde - IOC/Fiocruz, traz para o debate o desenvolvimento profissional docente de professores da educação básica a partir da educação inclusiva. Considerando a relevância de debates sobre a inclusão no ambiente escolar, as autoras discorrem sobre o processo formativo resultante da formação continuada de professoras da educação básica, concluindo que os resultados obtidos com a avaliação positiva dos sujeitos sobre as atividades propostas são indicativos de mudança de paradigma em relação às práticas pedagógicas para a inclusão.

O artigo **Apropriações conceituais bourdieusianas no ensino de ciência para alunos surdos**, da pesquisadora **Carla Andréa Sampaio Mendonça**, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia - PPGEEC/UEA, traz um estudo sobre o ensino de Ciências para estudantes surdos. Na concepção da autora, o processo de inclusão propiciado pela democratização da educação trouxe, também, desafios para os professores de Ciências em relação ao estudante surdo. Fundamentada em conceitos de Bourdieu, a autora aborda questões relativas ao ensino científico do aluno surdo e aos valores estabelecidos e reproduzidos socialmente, assim como a violência sofrida por esse aluno, que se encontra em situação mais desfavorável em relação aos demais. Assim, retoma as noções de Habitus e de Violência propostos por Bourdieu, sinalizando a importância de desconstrução de estruturas que foram inculcadas ao longo da história no ambiente escolar de modo a superar o oralismo, as concepções clínico-patológicas e o ensino de científico tradicional, conteudista e por transmissão.

Formação Docente e Tecnologia: uma sinergia necessária, artigo dos professores pesquisadores **Juarez Ramos da Silva**, da Universidade Católica de Santos e da Universidade Santa Cecília e **Irene Jeanete Lemos Gilberto**, docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, apresenta reflexões sobre os desafios enfrentados por professores durante o isolamento social do ano de 2020 provocado pela pandemia da Covid-19. Em seu estudo, os autores trazem resultados da pesquisa bibliográfica que investigou a produção científica voltada ao contexto educacional do ensino remoto que tem exigido dos educadores novos modos de olhar a educação e de repensar o ensino e a aprendizagem. Com objetivo de conhecer o cenário educacional vivenciado por

todos no ano de 2020, aborda questões postas por pesquisadores sobre os significados de ensinar e aprender em tempos de pandemia, destacando questões postas sobre processos formativos no ensino remoto com a utilização de tecnologias digitais e o envolvimento dos professores no compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos.

O cotidiano escolar uma escola pública em Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, é tema do artigo **Experiência, negociação e fé: redes que compõem o cotidiano com a escola**, das pesquisadoras **Letícia Oliveira Castro**, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa, **Heloisa Raimunda Herneck**, Professora Doutora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa e **Cíntia Castro Monteiro**, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Com base na noção de experiência de Larrosa, as autoras trazem suas reflexões sobre a escola como experiência e a vivência dos atores no cotidiano escolar. Utilizando como metodologia registros de diário de campo colhidos na escola e nas aulas de Português, discutem o processo de formação dos estudantes no conjunto da complexidade que o cotidiano escolar e, especificamente, a aula de Português oferecem. Concluem, fundamentadas no pensamento de Certeau e de Foucault, que o modelo de vigilância que prevalece na instituição escolar e que privilegia o aparelho reprodutor da disciplina pode suscitar um comportamento de não-observância das normas da escola por parte dos estudantes. No dizer das pesquisadoras, a pesquisa contribuiu para melhor compreensão das práticas docentes no sentido de repensar as estratégias de negociação usadas pelos professores em relação às normas instituídas e as situações inesperadas vivenciadas no cotidiano escolar.

Este número se encerra com a resenha do livro: Pedroso, C.C.A.; Domingues, J.; Fusari, J. C.; Gomes, M. de O.; Pimenta, S. G.; Pinto, V. de A.; Belletati, V. C. F. (Orgs.). **Curso de Pedagogia**. Inovações na formação de professores polivalentes. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2019, 200p., de autoria da professora **Marly Saba Moreira**, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos. O livro foi organizado por professores pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educadores (Gepefe), vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP-SP) e traz reflexões sobre o cenário educacional e os embates das políticas educacionais na formação de professores, questões relevantes para a compreensão da realidade educacional e das mudanças por que tem passado o ensino superior em nosso país.